

Jônatas Luiz Moreira de Paula

HISTÓRIA DO  
**direito**  
PRO  
CES  
SUAL  
**brasileiro**

das origens lusas à  
Escola Crítica do Processo

3ª edição





<b>Belo Horizonte</b>	<b>São Paulo</b>
Av. Brasil, 1843,	Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG	8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801	Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007	CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2021, D'Plácido Editora.  
Copyright © 2021, Jônatas Luiz Moreira de Paula.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,  
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

*Editor Chefe* Plácido Arraes

*Editor* Tales Leon de Marco

*Produtora Editorial* Bárbara Rodrigues

*Capa, projeto gráfico* Leticia Robini

*Diagramação* Leticia Robini

#### Catálogo na Publicação (CIP)

---

P324 Paula, Jônatas Luiz Moreira de  
História do direito processual brasileiro : das origens lusas à Escola Crítica do Processo /  
Jônatas Luiz Moreira de Paula. - 3. ed. rev. ampl. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2021.  
418 p.

ISBN 978-65-5589-233-8

1. Direito. 2. Direito Público. I. Título.

CDD: 341

---

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

D'PLÁCIDO



\*  
Rodapé



---

## Sumário

### **Capítulo I** **17**

---

#### A epistemologia do Direito Processual

1.1. Introdução.....	19
1.2. Noção de epistemologia.....	20
1.2.1. A ruptura epistemológica.....	22
1.3. História e Espistemologia Jurídica.....	28
1.4. A metodologia jurídica.....	29
1.5. Fontes do Direito Processual.....	32
1.6. A Interdisciplinariedade no Direito Processual.....	33

## **VERTENTE NORMATIVA**

---

### **Capítulo II** **37**

---

#### A formação do Direito Português

2.1. Introdução.....	39
2.2. A influência do Direito Romano.....	41
2.2.1. Introdução.....	41
2.2.2. A organização judiciária romana.....	46

2.2.2.1. Os poderes dos magistrados.....	48
2.2.3. O Processo no Direito Romano.....	50
2.2.3.1. A <i>Actio Romana</i> .....	51
2.2.3.2. Período das <i>Legis Actiones</i> .....	53
2.2.3.3. Período <i>Per Formulas</i> .....	64
2.2.3.4. Período da <i>Cognitio Extraordinaria</i> .....	85
2.2.3.5. O processo penal romano.....	105
2.3. A influência do Direito Germânico.....	105
2.3.1. Os antecedentes e a invasão germânica.....	105
2.3.2. A presença germânica na Península Ibérica.....	108
2.3.3. A influência do direito processual germânico.....	111
2.4. A influência Moura.....	114
2.4.1. O “país de al-Andalus”.....	114
2.4.2. O direito na dominação moura.....	116

## Capítulo III

119

### O Direito Lusitano

3.1. A independência de Portugal.....	121
3.1.1. A Reconquista Cristã.....	121
3.1.2. O Direito do início do Estado Português.....	123
3.1.2.1. Período da Individualização.....	123
3.1.3. O Processo Penal no início do Estado Português.....	127
3.2. A recepção do Direito Romano-Canônico e a concepção do Direito Comum.....	130
3.2.1. Origem do Direito Canônico.....	130
3.2.2. Fatores de recepção na Península Ibérica.....	136
3.2.3. O Direito Comum como Fator de Renascimento do Direito Romano-Canônico.....	138
3.2.4. O Direito Canônico e a sua estrutura processual.....	147

3.3. A fase das Ordenações	156
3.3.1. Fatores determinantes	156
3.3.2. As Ordenações Afonsinas	160
3.3.2.1. O Processo Penal nas Ordenações Afonsinas	164
3.3.2.2. O Processo Civil nas Ordenações Afonsinas	167
3.3.3. As Ordenações Manuelinas	171
3.3.3.1. Os antecedentes	171
3.3.3.2. A técnica e o conteúdo das Ordenações Manuelinas	173
3.3.3.3. O processo penal nas Ordenações Manuelinas	178
3.3.3.4. O processo civil nas Ordenações Manuelinas	179
3.3.4. As Ordenações Filipinas	182
3.3.4.1. Antecedentes	182
3.3.4.2. A técnica e o conteúdo das Ordenações Filipinas	184
3.3.4.3. A estrutura judiciária nas Ordenações Filipinas	184
3.3.4.4. A Ordem do Juízo nos Feitos Crimes	189
3.3.4.5. A Ordem dos Juízos dos Feitos Cíveis	191
3.3.4.6. Algumas inovações processuais	194
3.4. A modernização do Direito Luso	197
3.4.1. O período pós-Ordenações	197
3.4.2. O ciclo pombalino	204
3.4.2.1. Precedentes jusfilosóficos	204
3.4.2.2. As reformas pombalinas	207
3.4.3. O período pós-pombalino até a independência do Brasil	209

4.1. O Direito Processual no período colonial.....	215
4.1.1. Logo após o descobrimento.....	215
4.1.2. As capitanias hereditárias.....	218
4.1.2.1. A natureza jurídica das capitanias hereditárias.....	223
4.1.3. A instalação do Governo-Geral.....	230
4.1.3.1. Alguns aspectos da administração da justiça.....	232
4.1.3.2. Visão panorâmica da estrutura judiciária do Brasil Colônia.....	235
4.1.3.3. A produção jurídica no Brasil Colônia.....	236
4.2. O Direito Processual no período monárquico.....	238
4.2.1. A construção do direito nacional.....	239
4.2.2. A estrutura judiciária e processual.....	241
4.2.3. A legislação processual.....	250
4.3. O Direito Processual no período republicano.....	260
4.3.1. Reformulações na estrutura judiciária e processual.....	260
4.3.2. O desenvolvimento da cultura jurídica nacional.....	266
4.3.3. O processo no Século XX.....	266
4.3.3.1. A Revolução de 1930 e seus reflexos.....	267
4.3.3.2. Do regime militar de 1964 à redemocratização do Brasil.....	282
4.3.4. O processo no Século XXI.....	303

## **VERTENTE IDEOLÓGICA**

---

### **Capítulo V**

**313**

## A Ideologia Liberal no Direito Processual Brasileiro

5.1. A Ideologia e o Direito.....	315
-----------------------------------	-----

5.1.1. A Ideologia e o Liberalismo.....	316
5.1.1.1. A ideologia.....	317
5.1.1.2. O Liberalismo.....	319
5.2. A formação liberal no Brasil Colônia e no período Monárquico.....	320
5.2.1. O liberalismo no período colonial.....	320
5.2.1.1. O sebastianismo e suas consequências.....	320
5.2.1.2. Marquês de Pombal.....	321
5.2.1.3. A Revolução Americana.....	328
5.2.1.4. A Revolução Francesa.....	332
5.2.1.5. Hipólito da Costa.....	335
5.2.1.6. Silvestre Pinheiro Ferreira.....	336
5.2.1.7. O liberalismo doutrinário.....	338
5.2.1.8. A disseminação do liberalismo.....	340
5.2.1.9. Liberalismo Radical e Maçonaria.....	341
5.3. O liberalismo na Primeira República.....	345
5.3.1. Os fatores determinantes da República.....	345
5.3.2. O Federalismo na República.....	347
5.3.3. A gênese do Positivismo Brasileiro.....	347
5.3.4. O conservadorismo católico.....	349
5.4. O liberalismo na Segunda República.....	352
5.4.1. O Getulismo.....	352
5.4.2. A democratização do país até o Golpe 1964.....	355
5.4.3. Da repressão à democratização do país.....	359
5.5. O liberalismo na Nova República.....	362
5.5.1. A ideologia no processo civil.....	362
5.5.2. Pós-Constituição de 1988.....	364

## **VERTENTE CIENTÍFICA**

---

### **Capítulo VI 369**

---

#### As Escolas e Tendências Científicas no Direito Processual Brasileiro

6.1. Introdução.....	371
6.2. A influência da Universidade de Coimbra e do Direito Processual Português.....	372
6.3. A Escola Germânica.....	378
6.4. A Escola Italiana.....	382
6.5. As Escolas Brasileiras.....	383
6.5.1. Escola Pernambucana.....	384
6.5.2. A Escola Paulista.....	385
6.5.3. A Escola Sulista e suas tendências.....	388
6.5.3.1. A Escola do Direito Alternativo.....	388
6.5.3.2. A Escola Paranaense e a Escola Crítica do Processo.....	390
6.5.3.3. A jurisdição constitucional e o ativismo judicial.....	396

### **Referências 409**

---